

O USO DE MEDICAMENTOS SEM PRESCRIÇÃO DURANTE A GRAVIDEZ

Argemiro Mendes Feitosa Neto¹
Débora Maria da Costa Carvalho²
Maysa Victória Lacerda Cirilo³
Ticiania Maria Lúcio de Amorim⁴

INTRODUÇÃO

Segundo a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) (2012), “automedicação” é o ato de tomar remédios por conta própria sem orientação médica. Essa prática está associada ao alívio imediato de sintomas e está intimamente associada ao hábito da população brasileira. De acordo com pesquisas do Conselho Federal de Farmácia (CFF) no ano de 2019, 77% dos brasileiros que utilizaram algum medicamento afirmam que costumam utilizá-los por conta própria. Somado a isso, a frequência de uso de medicamento sem prescrição é maior entre as mulheres, em que 53% das entrevistadas afirmam fazerem o uso de drogas por conta própria pelo menos uma vez ao mês.

Dessa forma, deve-se atentar para os riscos de tal prática especialmente em períodos como a gestação, pois além de ameaçar a saúde da mãe, afeta diretamente o desenvolvimento embrionário e fetal. Esses efeitos adversos vão depender do fármaco, da paciente, da época de exposição durante a gravidez, da frequência e da dose total, podendo resultar em malformação fetal e abortamento. Sendo assim, o uso de medicações durante a gravidez deve ser, antes de tudo, evitado (GUERRA *et al*, 2008).

Apesar disso, o uso de medicamentos durante a gestação é um evento frequente, indo além dos motivos que incluem o tratamento para manifestações clínicas inerentes a este próprio momento e doenças crônicas ou intercorrentes maternas, chegando à automedicação, como citado por Geib e colaboradores (2007). Em todo esse contexto tem se levantado debates quanto ao processo de medicalização da gestação (CARMO, 2003), sendo um fenômeno

¹Graduando do Curso de Medicina da Universidade Federal do Piauí- UFPI/CSHNB, argemiro34@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí- UFPI/CSHNB, dmcostabrito@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí- UFPI/CSHNB, maysavictoria_lacerda@hotmail.com;

⁴Professora Dr^a em Bioquímica e Biologia Molecular da Universidade Federal do Piauí- UFPI/CSHNB, amorim.ticiana@gmail.com.

contemporâneo baseado na elevada dependência de serviços médicos e o consequente consumo intenso de práticas e instrumentos considerados saudáveis (BARROS, 1995).

Nesse cenário, destaca-se que a maioria dos medicamentos atravessa a barreira placentária (DELLA-GIUSTINA; CHOW, 2003), o que estende a exposição medicamentosa da mãe ao feto e os efeitos sobre este último, sendo estimado que 10% ou mais dos defeitos congênitos são resultados de uma exposição prévia da mãe a drogas (NAKAMURA; JUNIOR; PASQUALE, 2008).

Nesta perspectiva, a medicalização da gestação ligada ao consumo insensato de medicamentos representa uma conduta de alto risco, dado que nenhum medicamento é livre de efeitos adversos à mãe ou ao feto e deve ser compreendido como uma questão de saúde pública. Somado a isso, tal cenário suporta a importância de se expandir a evidência sobre os riscos e benefícios do uso de medicamentos durante este período e sugere a necessidade de sistemas de práticas seguras de prescrição de medicamentos para as gestantes (RILEY *et al*, 2005).

Diante disso, torna-se necessário conhecer e compreender os fatores que estão associados à prática de consumir medicação sem orientação médica entre as mulheres grávidas. Logo, essa revisão se propõe a avaliar os aspectos relacionados ao consumo de medicamentos sem prescrição durante o período gestacional.

METODOLOGIA

Para constituir a base dessa revisão realizou-se a busca de artigos na literatura científica durante o mês de agosto de 2019, entre os dias 10 e 16, nas Bases de Dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A busca foi realizada utilizando os descritores: Automedicação/ *Self Medication*, Efeitos Colaterais e Reações Adversas Relacionados a Medicamentos/ *Drug-Related Side Effects and Adverse Reactions*, Gravidez/ *Pregnancy*, conforme classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) entrecruzados com o marcador booleano “and”.

Empregou-se como parâmetro de inclusão dessa revisão: publicação com conteúdo de automedicação e gravidez, artigo disponível e gratuito na íntegra, publicações em inglês e português que tiveram relação com a pergunta problema, seguindo de um recorte temporal dos últimos dez anos (agosto de 2009 a agosto de 2019). Foram critérios de exclusão: estudos que

não abordavam relação com a temática relevante e publicações que se encontravam repetidas. No caso dessas publicações, foi selecionado o artigo apenas uma vez.

A busca realizada nas bases de dados, somaram 35 artigos, sendo eles distribuídos nas bases de dados da seguinte maneira: 08 em LILACS, 07 no SciELO, 20 em BVS. Destes, 16 se enquadraram aos critérios de inclusão e 6 repetiam-se entre as bases de dados selecionadas. Iniciou-se então a leitura de 10 artigos na íntegra, a fim de selecionar os estudos para integrar a amostra. Destes, 02 não condiziam com objetivo da pesquisa. Dessa forma, 08 artigos compuseram a amostra do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da análise literária, constatou-se que o consumo de medicamentos entre gestantes é uma prática bastante recorrente, de forma que, estudos demonstram que 28,2% das grávidas avaliadas admitiram fazer o uso de medicação sem a orientação médica, com variação de consumo entre 1 e 4 medicamentos (ARAÚJO, 2013). Corroborando com isso, pesquisas feitas por Emrahimi em 2017 demonstram que 20,3% das gestantes fizeram o uso de pelo menos um medicamento durante o período gestacional, confirmando que essa é uma prática habitual entre o grupo de estudo analisado.

Esse consumo pode variar de acordo com alguns fatores como cobertura de seguro saúde, escolaridade e número de filhos (EMRAHIMI, 2017), curiosamente o consumo é maior entre mulheres com grau de escolaridade mais alta, contrariando a lógica de que essas teriam mais acesso a informações quanto os riscos da terapia medicamentosa ao feto (ROCHA, 2013). Outros estudos mostram que o perfil de mulheres mais prováveis de consumir medicamentos sem prescrição é se enquadrar em uma das seguintes características: nulíparas, estar na primeira gravidez, possuir Índice de Massa Corporal entre 26-30 kg/m², ter complicações durante a gestação e possuir alguma comorbidade (VERSTAPPEN, 2013).

Deve se avaliar, ainda, que há uma falta de conhecimentos a respeito dos riscos do consumo de medicações durante a gravidez, o que favorece essa prática. Essa realidade foi demonstrada em um estudo realizado por Brum *et al.* (2011), em que apenas 43% das grávidas entrevistadas declararam terem sido advertidas quanto aos perigos da automedicação durante a gravidez. Como agravamento para esta situação, pesquisas mostram que mais da metade das gestantes

consideram que seus conhecimentos sobre os efeitos adversos dos medicamentos é baixo ou muito baixo (BAGHIANIMOGHADAM, 2013).

É necessário destacar, também, que alguns profissionais fornecem prescrições para o manejo dos sinais e sintomas comuns à gestação, o que é importante por garantir uma seleção segura de medicamentos (LUNARDI-MAIA, 2014). Entretanto, algumas pacientes recorrem à prática da automedicação e terapias alternativas tanto pela grande disponibilidade quanto pela facilidade de acesso, a fim de aliviar sintomas inerentes ao período gravídico. Resultado disso é o fato de que as classes farmacológicas mais comumente consumidas são analgésicos, vitaminas, anti-inflamatórios e antibióticos (VERSTAPPEN, 2013; ROCHA, 2013). Dentre os analgésicos, a dipirona merece destaque devido relatos de mal estar após seu consumo por gestantes e possuir risco desconhecido para o feto, de tal maneira que o paracetamol é o medicamento de escolha para as mulheres grávidas (ROCHA, 2013).

Nesse sentido, o consumo de plantas medicinais, principalmente através de chás, é outro modo de expor embrião e feto a substâncias potencialmente tóxicas. De acordo com Brum *et al.* (2011), 31% das entrevistadas declararam fazer uso dessas manipulações, sendo que algumas das espécies mais consumidas estão associadas com o risco de aborto ou possuem propriedades teratogênicas como a menta (*Mentha spp*) e a camomila (*Matricaria recutita/Chamomilla recutita*) (Santos SLF, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos artigos, notou-se que a prática da automedicação é corrente entre as mulheres grávidas, pondo em risco o desenvolvimento normal do embrião e feto. De tal forma que essa questão configura-se como um problema de saúde pública. Assim, se faz necessário a compreensão dos fatores que predispõem esse hábito, um vez que só através disso será possível o entendimento da problemática, além de permitir que estratégias sejam traçadas para combatê-la. Ademais, verificou-se uma escassez de estudos, principalmente na língua portuguesa, sobre a temática abordada, refletindo o pouco conhecimento acerca do tema pelos profissionais da saúde. Portanto, faz-se necessário a capacitação desses profissionais sobre os efeitos adversos que os medicamentos podem causar ao feto, para que esse mesmo conhecimento seja repassado às gestantes como forma de promoção de saúde.

Palavras-chave: Automedicação; Gravidez; Medicamento; Risco Fetal.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. D.; LEAL, M. M.; SANTOS, E. J. V.; LEAL, L. B. Consumption of medicines in high-risk pregnancy: evaluation of determinants related to the use of prescription drugs and self-medication. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 49, n. 3, p. 491-499, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bjps/v49n3/v49n3a10.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BAGHINIMOGHADAM M.H.; MOJAHED S.; BAGHINIMOGHADAM M.; Yousefi N.; Zolghadr R. Attitude and Practice of Pregnant Women Regarding Self-medication in Yazd, Iran. **Archives of Iranian Medicine**, v. 16, n. 10, p. 580-583, out. 2013. Disponível em:<<http://www.ams.ac.ir/AIM/NEWPUB/13/16/10/006.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

BRUM, L.F.S.; PEREIRA P.; FELICETTI L.L; SILVEIRA R.D. Utilização de medicamentos por gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde no município de Santa Rosa (RS, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 2435-2442, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n5/a12v16n5.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

DOS SANTOS, S. L. F.; PESSOA, C. V.; ARRAES, M. L. B. M.; BARROS, K. B. N. T. Automedicação em Gestantes de Alto Risco: Foco em Atenção Farmacêutica. **Journal of Health Sciences**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 50-54. Disponível em: <<https://revista.pgskroton.com.br/index.php/JHealthSci/article/view/5048>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

EBRAHIM, Hossein; ATASHSOKHAN, Giti; AMANPOU, Farzaneh; HAMIDZADEH, Azam. Self-medication and its risk factors among women before and during pregnancy. **Pan African Medical Journal**, jul. 2017. DOI 10.1160. Disponível em: <<http://www.panafrican-med-journal.com/content/article/27/183/pdf/183.pdf>>. Acesso em 10 de agosto 2019.

LUNARDI-MAIA, T.; SCHUELTER-TREVISOL, F.; GALATO, D. Uso de medicamentos no primeiro trimestre de gravidez: avaliação da segurança dos medicamentos e uso de ácido fólico e sulfato ferroso. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, p. 541-547, 2014. Disponível em: <<https://revista.pgskroton.com.br/index.php/JHealthSci/article/view/5048/4160>> Acesso em: 12 jul. 2019.

ROCHA, R. S.; BEZERRA, S. C.; LIMA, J. W. O.; COSTA, F. S. CONSUMO DE MEDICAMENTOS, ÁLCOOL E FUMO NA GESTAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS TERATOGENICOS. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 34, n. 2, p. 37-45, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v34n2/v34n2a05.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

VERSTAPPEN, G. M. P. J.; SMOLDERS, E. J.; MUNSTER, J. M.; AARNOUDSE, J. G.; HAK, E. Prevalence and predictors of over-the-counter medication use among pregnant women: a cross-sectional study in the Netherlands. **BMC Public Health**, [S. l.], v. 13, n. 185, p. 1-9, 2013. Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/1471-2458/13/185>>. Acesso em 11 de agosto 2019.